

1. INTRODUÇÃO

A **WLM Indústria e Comércio S.A.**, está identificada nas presentes notas explicativas pela sua denominação social “**WLM**” ou por “**Companhia**” e suas controladas e coligadas pelo nome fantasia, conforme abaixo:

| Controladas e coligadas | Nome fantasia | Área de atuação / Estado |
|--|---------------------|------------------------------------|
| Controladas operacionais | | |
| Equipo Máquinas e Veículos Ltda. | Equipo | Rio de Janeiro |
| Quinta Roda Máquinas e Veículos Ltda. | Quinta Roda | São Paulo e Minas Gerais |
| Itaipu Máquinas e Veículos Ltda. | Itaipu | Minas Gerais |
| Itaipu Norte Comércio de Máquinas e Veículos Ltda. | Itaipu Norte | Pará e Amapá |
| Fartura Agropecuária S.A. | Fartura | Sul do Pará e Norte do Mato Grosso |
| Itapura Agropecuária Ltda. | Itapura | Sul de Minas Gerais e São Paulo |
| Agropecuária São Sebastião do Araguaia Ltda. | Sebastião | Norte do Mato Grosso e Sul do Pará |
| Controladas descontinuadas | | |
| Superágua Empresa de Águas Minerais S.A. | Superágua | Minas Gerais |
| Sumasa Indústria e Comércio de Madeiras Ltda. | Sumasa | Pará |
| Coligadas descontinuadas | | |
| Metalúrgica Plus S.A. | Metalplus | Paraná |
| Plenogás Distribuidora de Gás S.A. | Plenogás | Paraná |

2. INFORMAÇÕES GERAIS

A **WLM Indústria e Comércio S.A.** é uma sociedade anônima com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, na Praia do Flamengo nº 200 – 19º andar - Flamengo, registrada na *BM&F Bovespa* desde 1973, com atuação na produção e comercialização de produtos agrupados em atividades diversas dos segmentos automotivo e agropecuário, através de suas controladas localizadas em vários estados do Brasil:

SEGMENTO AUTOMOTIVO – através de uma rede de dezenove concessionárias de veículos da marca **Scania**: **Equipo** (*Rio de Janeiro*), **Quinta Roda** (*São Paulo e Minas Gerais*), **Itaipu** (*Minas Gerais*), e **Itaipu Norte** (*Pará e Amapá*), todas com a certificação mundial **D.O.S. (Dealer Operating Standard) - Scania**, pela excelência operacional, atendimento e respeito ao meio ambiente, a Companhia atua no seu principal negócio que é a comercialização de caminhões pesados e extrapesados, chassis de ônibus rodoviários e urbanos, venda de peças de reposição e na prestação de serviços de manutenção voltados aos produtos que comercializa.

SEGMENTO AGROPECUÁRIO – com fazendas dedicadas ao agronegócio, a WLM atua por meio da **Fartura** (*Sul do Pará*) e **São Sebastião** (*Norte do Mato Grosso*) na bovinocultura de corte; através da **Itapura** (*região de Campinas/SP*) na bovinocultura de leite e corte; e **Itapura** (*Sul de Minas Gerais*) na cafeicultura. Todas as atividades produtivas são realizadas simultaneamente às práticas de conservação da fauna e da flora.

3. BASE DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. As demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e são divulgadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Até 31 de dezembro de 2013, essas práticas diferiam do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (*Separate Financial Statements*) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, recepcionando a citada revisão do IAS 27, e permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, as demonstrações financeiras individuais da controladora passaram a estar em conformidade com as IFRS a partir desse exercício.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas normas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

Nas demonstrações contábeis individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

3.2. Sumário das principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas são:

a) Moeda funcional

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de reais (R\$/mil), sendo esta a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas.

b) Ativos financeiros

A Companhia valoriza os instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor justo na data das Demonstrações Contábeis, sendo a principal evidência do valor justo a consideração das cotações obtidas junto aos participantes do mercado.

O valor de mercado reconhecido nas Demonstrações Contábeis da Controladora e Consolidadas pode não necessariamente representar o montante de caixa que a Companhia receberia ou pagaria, conforme apropriado, se a Companhia liquidasse as transações na data das Demonstrações Contábeis da Controladora e Consolidadas.

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo reconhecido no resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda (quando aplicável). A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, como detalhado na nota 34.

Ativos financeiros ao valor justo reconhecido no resultado

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecido no resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado. Os ativos financeiros ao valor justo reconhecido no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original de 90 dias ou menos e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras disponíveis para venda são mensuradas pelo seu valor justo. Os juros e correção monetária, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando

incorridos. As variações decorrentes da avaliação ao valor justo, com a exceção de perdas do valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes quando incorridas.

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor nominal e deduzidas, quando aplicável, das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, com base em análise individual dos valores a receber e em montante considerado pela Administração necessário e suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, os quais podem ser modificados em função da recuperação de créditos junto a clientes devedores ou mudança na situação financeira de clientes.

O ajuste a valor presente do saldo de contas a receber de clientes não é relevante, devido ao curto prazo de sua realização.

Avaliação da recuperabilidade de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da recuperabilidade de ativos (*impairment*). Estes ativos financeiros são considerados ativos não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado negativamente o fluxo estimado de caixa futuro do investimento. Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem, entre outros fatores: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; e (ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

c) Quotas de consórcio

As quotas adquiridas referem-se a consórcio de caminhões e estão mensuradas pelo valor de aquisição que se aproxima do valor justo.

d) Impostos a recuperar e créditos tributários

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

e) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou produção, sendo ajustados ao valor realizável líquido, quando inferior ao custo médio.

f) Ativos biológicos

Os ativos biológicos correspondem, principalmente, a rebanho bovino (gado de corte) e touros, tourinhos e vacas de leite, apresentados nos ativos circulante e não circulante, respectivamente.

Os ativos biológicos estão mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda. As premissas significativas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na nota 13.

A avaliação dos ativos biológicos é feita mensalmente pela Companhia, sendo o ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos reconhecidos no resultado do período em que ocorrem, em linha específica da demonstração do resultado, denominada “ajuste líquido ao valor justo dos ativos biológicos”. O aumento ou diminuição no valor justo é determinado pela diferença entre os valores justos dos ativos biológicos no início e final do período avaliado.

A contrapartida da adoção inicial do reconhecimento do valor justo dos ativos biológicos, líquido dos impostos diferidos incidentes, é mantida na conta de “ajuste de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido, até a sua efetiva realização financeira e econômica, sendo neste momento transferido o valor proporcional realizado para lucros acumulados para destinação.

g) Operações com partes relacionadas (ativo não circulante e passivo circulante)

As transações comerciais e financeiras realizadas com e entre as empresas controladas e coligadas referem-se a mútuos e arrendamentos, os quais são pactuados com encargos compatíveis com as taxas de mercado, representados pela variação da taxa SELIC, em sua maior parte.

h) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas e coligadas foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos estão apresentados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas estimadas na realização desses ativos.

A Companhia registra provisão para passivo a descoberto de empresas controladas e coligadas na rubrica provisão para perdas de investimentos, nota 22.

i) Propriedade para investimentos

As propriedades para investimento estão mantidas com intuito de auferir receita de arrendamento e não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos.

A propriedade para investimento é mensurada pelo custo no reconhecimento inicial e subsequentemente ao valor justo. As alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

Quando a utilização da propriedade muda de tal forma que ela é reclassificada como imobilizado, seu valor justo apurado na data da reclassificação se torna o seu custo para a contabilização subsequente.

j) Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e prováveis perdas para redução do valor recuperável (*impairment*).

A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, estimada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A

avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada, se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis dos ativos da Companhia são demonstradas na nota 18.

k) Intangível

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e prováveis perdas para redução ao valor recuperável (*impairment*), sendo a amortização calculada pelo método linear, considerando-se o prazo de vida útil.

l) Redução ao valor recuperável de ativos

O ativo imobilizado, outros ativos não circulantes e os ativos circulantes relevantes são revisados anualmente com o objetivo de verificar a existência de indício de perdas não recuperáveis. A Administração efetuou a análise de seus ativos conforme CPC 01 (R1), aprovado pela Deliberação CVM nº 527/2007, e constatou que não há indicadores de desvalorização dos mesmos, bem como que estes são realizáveis em prazos satisfatórios.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

m) Ativos e passivos não circulantes

Compreendem os bens e direitos realizáveis e deveres e obrigações vencíveis após doze meses subsequentes à data base das referidas demonstrações contábeis, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias, incorridos, se aplicável, até a data do balanço.

n) Fornecedores

As contas a pagar de fornecedores são reconhecidas pelo valor nominal e subsequentemente acrescido, quando aplicável, das variações monetárias e correspondentes encargos incorridos até as datas dos balanços.

o) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante, por ser considerada uma obrigação legal prevista no estatuto social. A parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração antes do encerramento do exercício contábil a que se referem às demonstrações contábeis, ainda não aprovadas pelos acionistas, é registrada como dividendo adicional proposto, no patrimônio líquido, notas explicativas nº 21 e 26.

p) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com

segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota 24.

q) Apuração do resultado e reconhecimento de receita

O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos incidentes, descontos e abatimentos concedidos, sendo reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e fruirão para a Companhia, quando da transferência dos riscos e benefícios dos produtos e quando possa ser medida de forma confiável, com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

As receitas financeiras representam juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras e de partes relacionadas de transações que geram ativos e passivos monetários e outras operações financeiras. São reconhecidas pelo regime de competência quando ganhas ou incorridas pela Companhia.

r) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A Companhia calcula o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL), corrente e diferido com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% para contribuição social, sobre o lucro líquido auferido.

Os saldos são reconhecidos no resultado da Companhia pelo regime de competência.

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são registrados nos balanços pelos montantes líquidos no ativo ou no passivo não circulante.

A provisão para imposto de renda e contribuição social corrente do período é apresentada nos balanços patrimoniais líquida dos adiantamentos de imposto pagos durante o período.

s) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Alguns novos pronunciamentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2014. Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos destas novas normas e interpretações.

Novas normas, interpretações e alterações efetivas a partir de 01 de janeiro de 2014

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB e possuem adoção inicial em 01 de janeiro de 2014:

- IAS 32 – Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros: em dezembro de 2011, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 32. A alteração desta norma aborda aspectos relacionados à compensação de ativos e passivos financeiros. Esta norma é efetiva a partir de 01 de janeiro de 2014. A Companhia analisou a revisão do pronunciamento aqui citado e não identificou impactos para divulgações destas demonstrações contábeis.

- IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 - "Entidades de Investimento", em outubro de 2012, o IASB emitiu uma revisão das normas IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27, as quais definem entidade de investimento e introduzem uma exceção para consolidação de controladas por entidade de investimentos, estabelecendo o tratamento contábil nestes casos. As alterações destas normas são efetivas para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2014. A Companhia analisou a revisão do pronunciamento aqui citado e não identificou impactos para divulgações destas demonstrações contábeis.

- IFRIC 21 - "Impostos", em maio de 2013, o IASB emitiu a interpretação IFRIC 21. Esta interpretação aborda aspectos relacionados ao reconhecimento de um passivo de impostos quando esse tiver origem em requerimento do IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Esta interpretação de norma é efetiva para períodos anuais iniciando em /ou após 01 de janeiro de 2014. A Companhia analisou a revisão do pronunciamento aqui citado e não identificou impactos para divulgações destas demonstrações contábeis.

- IAS 36 - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", em maio de 2013, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 36. A alteração desta norma requer a divulgação das taxas de desconto que foram utilizadas na avaliação atual e anterior do valor recuperável dos ativos, se o montante recuperável do ativo deteriorado for baseado em uma técnica de avaliação a valor presente baseada no valor justo menos o custo da baixa. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2014. A Companhia analisou a revisão do pronunciamento aqui citado e não identificou impactos para divulgações destas demonstrações contábeis.

- IAS 19 - "Benefícios a empregados", em novembro de 2013, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 19. A Alteração desta norma tem o objetivo de estabelecer aspectos relacionados ao reconhecimento das contribuições de empregados ou terceiros e seus impactos no custo do serviço e períodos de serviços. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de julho de 2014. A Companhia analisou a revisão do pronunciamento aqui citado e não identificou impactos para divulgações destas demonstrações contábeis.

Normas, alterações e interpretações que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não foram editadas pelo CPC:

IAS 1 – “Apresentação das demonstrações financeiras” – em 18 de dezembro de 2014, o IASB publicou “Iniciativa de Divulgação” (Alterações ao IAS 1). As alterações visam esclarecer o IAS 1 e direcionar os impedimentos percebidos sobre o julgamento para a preparação e apresentação das demonstrações contábeis. Esta norma é efetiva para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016, com aplicação antecipadas permitida. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.

- IFRS 9 – Instrumentos financeiros – em julho de 2014, o IASB emitiu versão final da norma IFRS 9, a qual tem o objetivo de substituir a norma IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração. Estas alterações endereçam algumas questões sobre a aplicação da norma e introduzem o conceito de “valor justo contra os resultados abrangentes” para a mensuração de alguns tipos de instrumentos de dívida. Adicionalmente, o IASB incluiu na norma IFRS 9 requerimentos de reconhecimento de perdas pela não recuperabilidade de ativos relacionadas ao registro de perdas esperadas com créditos sobre os ativos financeiros e compromissos de renegociação destes créditos. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2018. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.

- IFRS 14 – Contas de diferimento regulatório, em janeiro de 2014, o IASB emitiu a norma IFRS 14, a qual tem o objetivo específico de regular o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios quando da primeira adoção das normas IFRS. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.

- IFRS 11 – “Acordos de compartilhamento”, em maio de 2014, o IASB emitiu uma revisão da norma IFRS 11. A Alteração da norma IFRS 11 aborda critérios relacionados ao tratamento contábil para aquisições de participações em acordos de compartilhamento que constituam um negócio de acordo com os conceitos constantes no IFRS 3. Esta alteração na norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma revisada em suas demonstrações contábeis.

IAS 16 e IAS 38 – “Esclarecimentos sobre Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização”, em maio de 2014, o IASB emitiu revisão das normas IAS 16 e IAS 38. Esta revisão tem o objetivo de esclarecer sobre métodos de depreciação e amortização, observando o alinhamento ao conceito de benefícios econômicos futuros esperados pela utilização do ativo durante sua vida útil econômica. Esta alteração na norma é efetiva para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma revisada em suas demonstrações contábeis.

- IFRS 15 – “Receitas de contratos com clientes”, em maio de 2014, o IASB emitiu a norma IFRS 15. A norma substitui a IAS 18 – “Receitas” e a IAS 11 – “Contratos de construção” e uma série de interpretações relacionadas a receitas. Esta norma é efetiva para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2017. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.

- IAS 16 e IAS 41 – em julho de 2014, o IASB emitiu revisão das normas IAS 16 – Ativo Imobilizado e IAS 41 – Ativo Biológico, para incluir ativos biológicos que atendam a definição de “*Bearer plants*” (definidos como “plantas vivas” que são usadas na produção de produtos agrícolas), essa alteração requer que os “*Bearer plants*” sejam registrados como ativo imobilizado de acordo com o IAS 16, registrando a custo histórico ao invés de serem mensurados ao valor justo conforme é requerido pelo IAS 41. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de julho de 2016. A Companhia está avaliando o impacto da adoção destas alterações em suas demonstrações contábeis.

- IAS 27 – “Demonstrações separadas”, em 12 de agosto de 2014, o IASB emitiu revisão da norma IAS 27, permitirá o método de equivalência patrimonial para contabilizar os investimentos em subsidiárias, joint ventures e associadas em suas demonstrações contábeis separadas. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01

de janeiro de 2016. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.

- IFRS 10 e IAS 28 – em 11 de setembro de 2014, o IASB emitiu revisão das normas IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas e IAS 28 – Investimento em Coligada, em Controladas e em Empreendimento Controlado em Conjunto, essas alterações têm como consequência a inconsistência reconhecida entre as exigências da IFRS 10 e aqueles na IAS 28, para lidar com a venda ou a entrada de ativos de um investidor, coligada ou empreendimento controlado em conjunto. A principal consequência das alterações é que o ganho ou perda é reconhecido quando uma transação envolve um negócio (se ele está instalado em uma subsidiária ou não). Um ganho ou perda parcial é reconhecido quando uma transação envolve ativos que não constituam um negócio, mesmo que esses ativos estejam alocados em uma subsidiária. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de julho de 2016. A Companhia está avaliando o impacto da adoção destas alterações em suas demonstrações contábeis.

- Melhoria anual das IFRS de setembro de 2014 - em setembro de 2014, o IASB emitiu uma revisão das normas IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34. Estas normas são efetivas para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia está avaliando o impacto da adoção destas alterações em suas demonstrações contábeis. O CPC ainda não emitiu pronunciamentos ou revisões equivalentes às IFRS/IAS acima citadas. A adoção antecipada destes pronunciamentos está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A Companhia não estimou a extensão do impacto destas novas normas nas demonstrações contábeis.

4. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para a contabilização de certos ativos e passivos e outras transações, e no registro das receitas e despesas dos períodos. A definição dos julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotadas pela Administração foi elaborada com a utilização das melhores informações disponíveis na data das referidas demonstrações contábeis, envolvendo experiência de eventos passados, previsão de eventos futuros, além do auxílio de especialistas, quando aplicável.

As demonstrações contábeis requerem o uso de certas estimativas contábeis, tais como: seleção de vidas úteis dos bens do imobilizado; realização dos créditos tributários diferidos; provisões para créditos de liquidação duvidosa; perdas nos estoques; avaliação do valor justo dos ativos biológicos; provisões fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas; e avaliação do valor justo de certos instrumentos financeiros, além de redução do valor recuperável de ativos.

Os resultados reais dos saldos constituídos com a utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis, quando de sua efetiva realização, podem ser divergentes.

5. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas de acordo com os princípios de consolidação previstos na Lei das Sociedades por Ações e segundo os critérios estabelecidos no CPC 36 (R3) e IAS 34, abrangendo as informações anuais das investidas, cujos exercícios sociais são coincidentes em relação ao da controladora.

Processo de consolidação

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas do ativo, do passivo, das receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementado com as seguintes eliminações:

- a) das participações no capital, reservas e resultados acumulados, cabendo ressaltar que não existem participações recíprocas;
- b) dos saldos de contas correntes e outras contas integrantes do ativo e/ou passivo mantidas entre as empresas cujos balanços patrimoniais foram consolidados; e
- c) dos efeitos decorrentes das transações significativas realizadas entre essas empresas.

6. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

De acordo com o pronunciamento contábil CPC 31, a Companhia está apresentando em linha separada na demonstração do resultado do exercício, o resultado das operações descontinuadas.

A WLM possui duas empresas controladas com operações descontinuadas:

· ***Sumasa Indústria e Comércio de Madeiras Ltda.***

Constituída originalmente para a execução de um projeto de manejo sustentável para exploração do comércio e indústria de madeiras devidamente aprovado pelo IBAMA, por opção da Companhia, teve as suas atividades adiadas devido a questões de mercado e ambientais; e

· ***Superágua Empresa de Águas Minerais S.A.***

Explorava as atividades de envase e comercialização de águas minerais das marcas CAXAMBU, LAMBARI, ARAXÁ e CAMBUQUIRA, e encerrou suas atividades em junho de 2005, estando a sua extinção sujeita ao encerramento de todas as demandas e questões de natureza fiscal e judicial.

O resultado negativo das operações descontinuadas (2014 - R\$ 193) e (2013 - R\$ 608), é totalmente atribuído à controladora.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para fins do caixa e equivalentes de caixa, os saldos estão representados por caixa em poder da Companhia, depósitos bancários e fundos de investimentos.

| Descrição | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|---|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| Caixa e bancos | 78 | 170 | 6.069 | 2.926 |
| | 78 | 170 | 6.069 | 2.926 |
| MOEDA NACIONAL | | | | |
| CDB Bradesco (CDI 99% a 102,30%) | | | 1.326 | |
| Fundo BMB (CDI 100%) | | | 154 | 140 |
| Fundo - Bradesco (CDI 100%) | | | 11.063 | 12.468 |
| Debênture Bradesco (CDI 100%) | | 6.144 | | 6.144 |
| CDB CEF (CDI 100%) | | 7.249 | | 7.249 |
| | | 13.393 | 12.543 | 26.001 |
| Fundos de Investimentos | | | | |
| Real Santander (CDI 105%) | | 8.000 | | 8.000 |
| Itaú-Unibanco (CDI 102%) | 9.961 | 980 | 66.985 | 58.062 |
| | 9.961 | 8.980 | 66.985 | 66.062 |
| Total de caixa e equivalentes de caixa | 10.039 | 22.543 | 85.597 | 94.989 |

Os equivalentes de caixa em moeda nacional possuem liquidez imediata, sem perda dos juros transcorridos quando dos resgates.

A exposição da WLM a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 34.

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

O quadro abaixo demonstra as aplicações financeiras da Companhia, acrescidas dos rendimentos financeiros que se aproximam do valor justo:

| Descrição | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|---|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| MOEDA NACIONAL | | | | |
| CDB | | | | |
| BMB (CDI 102%) - vencimento dez/2011 a out/2023 | 9.307 | 8.361 | 9.307 | 8.361 |
| Debênture Bradesco (CDI 100%) | 4.236 | 5.000 | 4.236 | 5.000 |
| Caixa Econômica Federal (CDI 100%) | 9.534 | 7.889 | 9.534 | 7.889 |
| | 23.077 | 21.250 | 23.077 | 21.250 |
| Fundos de Investimentos | | | | |
| Real Santander (CDI 105%) | 12.131 | 11.103 | 12.131 | 11.103 |
| Itaú-Unibanco (CDI 105%) | 5.728 | 15.863 | 5.728 | 15.863 |
| Brasil (CDI 100%) | 12.344 | 18.545 | 12.344 | 18.545 |
| | 30.203 | 45.511 | 30.203 | 45.511 |
| Total de aplicações financeiras | 53.280 | 66.761 | 53.280 | 66.761 |

Os CDBs, apesar de possuírem liquidez imediata, não estão sendo considerados como equivalentes de caixa, tendo em vista que a Administração não pretende exercer a opção de resgate antes do vencimento contratado.

As aplicações financeiras, em sua totalidade, estão avaliadas a valor justo e classificadas como disponíveis para venda. No tocante aos CDBs a Administração poderá, ou não,

exercer a opção de resgate antes do vencimento. Esta opção se dará caso haja melhores alternativas de mercado.

A Companhia não possui interesse em negociar os fundos de investimento no entanto, diante de melhores alternativas, esta opção poderá ser exercida.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 34.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES - CONSOLIDADO

O quadro abaixo demonstra os valores que as empresas controladas têm a receber de seus clientes:

| Controladas | CONSOLIDADO | |
|---|---------------|----------------|
| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| Equipo | 5.662 | 12.133 |
| Quinta Roda | 7.173 | 48.161 |
| Itaipu | 21.197 | 68.421 |
| Itaipu Norte | 12.489 | 12.137 |
| Itapura | 101 | 94 |
| (-) Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa | (77) | |
| Total | 46.545 | 140.946 |

| Descrição | CONSOLIDADO | |
|--|---------------|----------------|
| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| A vencer | 41.051 | 131.165 |
| Vencidos: | | |
| Até 30 dias | 3.531 | 6.781 |
| De 31 a 60 dias | 888 | 2.078 |
| De 61 a 90 dias | 303 | 491 |
| De 91 a 180 dias | 849 | 431 |
| Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa | (77) | |
| | 46.545 | 140.946 |

A Companhia realiza análise qualitativa dos principais clientes e quantitativa da carteira de títulos a receber para determinar a se há necessidade de provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa. A Companhia não tem histórico de problemas relevantes com recebimento de Clientes.

10. QUOTAS DE CONSÓRCIO - CONSOLIDADO

| Controladas | CONSOLIDADO | |
|--------------|---------------|--------------|
| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| Equipo | 167 | 290 |
| Quinta Roda | 11.727 | 7.157 |
| Itaipu | 1.538 | 1.138 |
| Itaipu Norte | 399 | 286 |
| Total | 13.831 | 8.871 |

O saldo apresentado refere-se a quotas de consórcio adquiridas, substancialmente, de seus clientes que não conseguem dar continuidade ou não têm mais interesse em adquirir os veículos objeto do consórcio.

11. IMPOSTOS A RECUPERAR E CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

| Descrição | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|-----------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| IRRF sobre aplicações financeiras | 946 | 1.538 | 954 | 1.538 |
| IRRF sobre mútuo | 46 | 106 | 46 | 106 |
| IRRF sobre juros de capital | 1.247 | 1.096 | 1.247 | 1.096 |
| Imposto de renda | | | 388 | 144 |
| Contribuição social | | | 132 | 49 |
| ICMS a recuperar | | | 5.403 | 2.597 |
| Outros | 728 | | 1.173 | 405 |
| Total | 2.967 | 2.740 | 9.343 | 5.935 |
| Circulante | 2.967 | 2.740 | 9.284 | 5.892 |
| Não circulante | | | 59 | 43 |

12. ESTOQUES – CONSOLIDADO

| Descrição | CONSOLIDADO | |
|---|---------------|---------------|
| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| Caminhões e peças | 23.619 | 24.481 |
| Material de consumo | 517 | 562 |
| Estoque em formação (café, soja, milho e milheto) | 1.285 | 1.190 |
| Total | 25.421 | 26.233 |

O estoque de café refere-se a produtos agrícolas mensurados ao valor justo, menos a despesa de venda, no momento da colheita, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 16 (R1) – Estoques.

Com relação ao estoque em formação - café, soja, milho e milheto - a Companhia entende que está substancialmente próximo ao valor justo.

13. ATIVOS BIOLÓGICOS – CONSOLIDADO

CIRCULANTE

| Descrição | CONSOLIDADO | |
|---|---------------|---------------|
| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| Demonstrados pelo valor justo: | | |
| Bezerras e bezerros (8 a 12 meses) | 854 | 1.412 |
| Novilhas e novilhos | 3.602 | 1.375 |
| Vacas | 88 | |
| Bois | 1.763 | 1.286 |
| Subtotal | 6.307 | 4.073 |
| Demonstrados pelo custo de produção: | | |
| Rebanho em formação | 1.963 | 3.133 |
| Bezerras e bezerros (0 a 7 meses) | 3.278 | 3.884 |
| Subtotal | 5.241 | 7.017 |
| Rebanho bovino | 11.548 | 11.090 |
| Total do circulante | 11.548 | 11.090 |

NÃO CIRCULANTE

| Descrição | TOTAL ANUAL DE DEPRECIAÇÃO | CONSOLIDADO | |
|------------------------------------|----------------------------|---------------|---------------|
| | | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| Touros e tourinhos | Até 10% | 2.689 | 2.069 |
| Vacas | Até 10% | 19.812 | 13.198 |
| Rebanho bovino | Até 10% | 22.501 | 15.267 |
| Rebanho equino | Até 10% | 26 | 31 |
| Cultura permanente - café | Até 4% | 472 | 537 |
| Total do não circulante | | 22.999 | 15.835 |
| Total dos ativos biológicos | | 34.547 | 26.925 |

O saldo dos ativos biológicos da Companhia, demonstrado pelo valor justo, considera o custo de produção e o diferencial do valor de mercado, líquido dos custos necessários para colocação em condição de uso ou venda.

Os ativos avaliados pelo custo de produção referem-se ao rebanho em formação e aos bezerros e bezerras de 0 a 7 meses, mantidos ao pé até a desmama. É considerado rebanho em formação os custos alocados às matrizes no período de gestação.

Com relação ao custo de produção do rebanho, a Companhia entende que os estoques estão, substancialmente, próximos ao valor justo.

| CIRCULANTE | CONSOLIDADO |
|---|---------------|
| | 31/12/2014 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2013 | 11.090 |
| Aumento devido a aquisições | 635 |
| Gastos com insumos para engorda | 5.898 |
| transferência para o não circulante | (3.188) |
| (-) Diminuição devido a vendas | (5.926) |
| Aumento líquido (redução) devido aos nascimentos (mortes) | (381) |
| Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda | 3.420 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2014 | 11.548 |

| NÃO CIRCULANTE | Taxa anual de depreciação | CONSOLIDADO |
|---|---------------------------|---------------|
| | | 31/12/2014 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2013 | | 15.835 |
| Aumento devido a aquisições | | 3.188 |
| transferência para o circulante | | (635) |
| (-) Diminuição devido a vendas | | (2.017) |
| Aumento líquido (redução) devido aos nascimentos (mortes) | | (478) |
| Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda | | 7.238 |
| Depreciação | até 10% | (132) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2014 | | 22.999 |

Em 31 de dezembro de 2014, os animais mantidos para venda eram compostos de 12.696 cabeças de gado (em 31 de dezembro de 2013 – 14.345).

Premissas para o reconhecimento do valor justo dos ativos biológicos

Com base no CPC 29 (IAS 41) - Ativo Biológico, a Companhia reconhece seus ativos biológicos a valor justo menos despesa de venda, seguindo as premissas em sua apuração:

- (i) Os preços do rebanho bovino, rebanho equino e cultura permanente são obtidos através de pesquisas de preço em mercados específicos de cada área. No caso do rebanho bovino, são considerados dados como idade, raça e qualidades genéticas similares, divulgados por empresas especializadas, além dos preços praticados pela Companhia em vendas para terceiros.
- (ii) A apuração da exaustão dos ativos biológicos é realizada com base no valor justo no período. Os eventuais ajustes ocorridos da nova avaliação a valor justo deverão ser lançados contra a conta “Ajuste líquido ao valor justo de ativos biológicos”.
- (iii) A Companhia definiu por efetuar a avaliação do valor justo de seus ativos biológicos mensalmente, sob o entendimento de que este intervalo é aceitável para que não tenha defasagem do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado em suas demonstrações contábeis.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia não possuía quaisquer tipos de ativos biológicos com titularidade restrita ou dados como garantia de exigibilidades, bem como não existiam quaisquer outros riscos (financeiros, compromissos e climáticos) que impactassem os ativos biológicos da Companhia.

14. LUCROS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO - CONTROLADORA

O montante distribuído pelas empresas controladas, a título de lucros e juros sobre capital próprio, líquidos de imposto de renda retido na fonte, está assim composto:

| Controladas | CONTROLADORA | |
|---|-----------------|-----------------|
| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| <u>Lucros</u> | | |
| Equipo | 3.000 | |
| Quinta Roda | 3.000 | 5.000 |
| Itaipu | 5.000 | |
| Total | 11.000 | 5.000 |
| <u>Juros sobre o capital próprio</u> | | |
| Equipo | 812 | 779 |
| Quinta Roda | 1.879 | 1.480 |
| Itaipu | 2.882 | 2.653 |
| Itaipu Norte | 1.615 | 1.300 |
| Total | 7.188 | 6.212 |
| Total proposto | 18.188 | 11.212 |
| Total recebido desde a proposição | (17.521) | (10.719) |
| Total a receber | 667 | 493 |

15. CONTAS A RECEBER E A PAGAR DE PARTES RELACIONADAS

Os saldos das transações da WLM com suas controladas e outras partes relacionadas em 31 de dezembro estão sumariados a seguir:

| Empresas | CONTROLADORA | | | |
|---------------------|----------------------|--------------|--------------------|--------------|
| | Ativo Não Circulante | | Passivo Circulante | |
| | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| Controladora | | | | |
| Sajuthá | | | 126 | 118 |
| Controladas | | | | |
| Fartura | 54 | 36 | 2 | |
| Itapura | 435 | 792 | | |
| Superágua | 11 | 381 | | |
| Coligadas | | | | |
| Metalplus (*) | 302 | 302 | 500 | |
| Plenogás (*) | | | 1.128 | 1.128 |
| Total | 802 | 1.511 | 1.756 | 1.246 |

(*) Coligadas não consolidadas.

| Empresas | CONSOLIDADO | | | |
|---------------------|----------------------|------------|--------------------|--------------|
| | Ativo Não Circulante | | Passivo Circulante | |
| | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| Controladora | | | | |
| Sajuthá | | | 126 | 118 |
| Coligadas | | | | |
| Metalplus (*) | 302 | 302 | 500 | |
| Plenogás (*) | | | 1.128 | 1.128 |
| Total | 302 | 302 | 1.754 | 1.246 |

(*) Coligadas não consolidadas.

Em julho de 2011, a Companhia contratou com a sua Controladora Sajuthá-Rio Participações S.A., a locação do imóvel situado no 19º andar do Edifício Praia do Flamengo nº 200, onde instalou a sua nova sede social. O valor atual do aluguel mensal pactuado é de R\$ 126, totalizando no exercício R\$ 1.466 (2013 - R\$ 1.464).

As transações financeiras realizadas com e entre as empresas controladas e coligadas referem-se a mútuos, os quais são pactuados com encargos compatíveis com as taxas de mercado, representados em sua maior parte pela variação da taxa SELIC.

Adicionalmente, as transações comerciais entre a Companhia e suas controladas Fartura e Itapura, referem-se à locação de propriedades para investimento, conforme descrito na nota 17.

A WLM registrou transações com partes relacionadas nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, relativas a despesas com remuneração do pessoal chave da Administração, de acordo com o estabelecido pelo CPC 05 (R1), conforme segue:

| REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO | | | | | | | | | |
|------------------------------|---------------|------------|-----------|--------------|-------|---------------|-----------|----------|--------|
| Órgão | Nº de membros | 31/12/2014 | | | | 31/12/2013 | | | |
| | | Fixa | Variável | | Total | Nº de membros | Fixa | Variável | |
| | | Salário | Bônus (*) | Gratificação | | Salário | Bônus (*) | Total | |
| Diretoria Executiva | 2 | 3.311 | 1.748 | | 5.059 | 2 | 4.210 | 1.505 | 5.715 |
| Conselho de Administração | 6 | 360 | | | 360 | 3 | 4.344 | | 4.344 |
| Conselho Fiscal | 3 | 401 | | | 401 | 3 | 476 | | 476 |
| Subtotal | | 4.072 | 1.748 | | 5.820 | | 9.030 | 1.505 | 10.535 |
| Verbas rescisórias | | 1.432 | | 2.100 | 3.532 | | | | |
| Total da remuneração | | 5.504 | 1.748 | 2.100 | 9.352 | | 9.030 | 1.505 | 10.535 |

(*) Caso a meta estabelecida não seja atingida, não há pagamento de bônus.

Em abril de 2014, a Companhia celebrou contrato de Prestação de Serviços com partes relacionadas no valor de R\$ 34, totalizando no período o montante de R\$ 293.

16. INVESTIMENTOS – CONTROLADORA

| Descrição | SEGMENTO AUTOMOTIVO | | | | |
|--|---------------------|---------------|---------------|---------------|----------------|
| | EQUIPO | QUINTA RODA | ITAIPU | ITAIPU NORTE | TOTAL |
| SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 | 37.523 | 56.235 | 83.097 | 35.661 | 212.516 |
| Distribuição de lucros | (3.000) | (3.000) | (5.000) | | (11.000) |
| Aumento de capital | | | | 8.500 | 8.500 |
| Ganho de participação | 63 | 127 | 115 | | 305 |
| Perda de participação | (111) | (225) | (203) | | (539) |
| Juros sobre capital | (955) | (2.210) | (3.390) | (1.760) | (8.315) |
| Equivalência patrimonial | 3.205 | 8.475 | 10.203 | 7.909 | 29.792 |
| SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 | 36.725 | 59.402 | 84.822 | 50.310 | 231.259 |

| Descrição | SEGMENTO AGROPECUÁRIO | | | |
|--|-----------------------|---------------|---------------|----------------|
| | FARTURA | S. SEBASTIÃO | ITAPURA | TOTAL |
| SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 | 68.273 | 37.460 | 27.058 | 132.791 |
| Aumento de capital | | | 2.200 | 2.200 |
| Perda de participação | | | (26) | (26) |
| Ganho de participação | | | 34 | 34 |
| Equivalência patrimonial | 705 | 4.040 | (1.899) | 2.846 |
| SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 | 68.978 | 41.500 | 27.367 | 137.845 |

| Descrição | DESCONTINUADAS | | | TOTAL |
|--|----------------|-----------|------------|------------|
| | SUPERÁGUA | SUMASA | OUTROS | |
| SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 | | 65 | 117 | 182 |
| Aumento de capital | 500 | | | 500 |
| Equivalência patrimonial | (63) | (5) | 164 | 96 |
| Reversão de provisão para perdas | | | 6 | 6 |
| SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 | 437 | 60 | 287 | 784 |

| | |
|--|----------------|
| SALDO DOS INVESTIMENTOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 | 345.489 |
| SALDO DOS INVESTIMENTOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 | 369.888 |

. Investimentos em Controladas e Coligadas

| Patrimônio Líquido e Resultado | CONTROLADORA | | | |
|-----------------------------------|--------------------|------------------------|--------------------|------------------------|
| | 31/12/2014 | | 31/12/2013 | |
| | Patrimônio líquido | Resultado do exercício | Patrimônio líquido | Resultado do exercício |
| Controladas operacionais | | | | |
| Equipo | 36.725 | 3.162 | 37.523 | 3.406 |
| Quinta Roda | 59.402 | 8.448 | 56.235 | 13.241 |
| Itaipu | 84.822 | 10.198 | 83.097 | 13.799 |
| Itaipu Norte | 50.310 | 7.908 | 35.661 | 6.061 |
| Fartura | 72.869 | 305 | 72.124 | (2.025) |
| Itapura | 31.185 | (2.209) | 31.150 | (2.018) |
| São Sebastião | 61.202 | 5.834 | 55.244 | 837 |
| Controladas descontinuadas | | | | |
| Superágua | 437 | (188) | (375) | (593) |
| Sumasa | 60 | (5) | 64 | (15) |
| Coligadas descontinuadas | | | | |
| Metalplus | 494 | 1.334 | (840) | (158) |
| Plenogás (*) | (163) | (1.183) | (593) | 288 |

(*) É mantida provisão para passivo a descoberto da coligada Plenogás, refletida na rubrica Provisão para perdas em investimentos, conforme nota explicativa 22

| Participação em controladas | CONTROLADORA | | | | | |
|-----------------------------------|-----------------|-------------------------|---------------------------|-----------------|-------------------------|---------------------------|
| | 31/12/2014 | | | 31/12/2013 | | |
| | Ações ou quotas | Participação direta (%) | Participação indireta (%) | Ações ou quotas | Participação direta (%) | Participação indireta (%) |
| Controladas operacionais | | | | | | |
| Equipo | 12.290.290 | 100,00 | | 12.290.290 | 100,00 | |
| Quinta Roda | 22.901.512 | 100,00 | | 22.901.512 | 100,00 | |
| Itaipu | 38.486.623 | 100,00 | | 34.486.623 | 100,00 | |
| Itaipu Norte | 29.500.000 | 100,00 | | 17.999.999 | 100,00 | |
| Fartura | 1.793.322 | 94,66 | 4,60 | 1.793.322 | 94,66 | 4,60 |
| Itapura | 29.754.557 | 87,76 | 13,22 | 27.554.557 | 86,78 | 13,22 |
| São Sebastião (*) | 11.166.742 | 67,81 | 32,19 | 11.166.742 | 67,81 | 32,19 |
| Controladas descontinuadas | | | | | | |
| Superágua | 2.031.220.840 | 100,00 | | 1.929.801.622 | 100,00 | |
| Sumasa | 1.890.160 | 100,00 | | 1.890.160 | 100,00 | |
| Coligadas descontinuadas | | | | | | |
| Metalplus | 3.000 | 33,33 | | 3.000 | 33,33 | |
| Plenogás (**) | 3.000 | 33,33 | | 3.000 | 33,33 | |

(*) Ações - 01/01/2009 / Quotas - 31/12/2009 e 31/12/2010

(**) É mantida provisão para passivo a descoberto da coligada Plenogás, refletida na rubrica Provisão para perdas em investimentos, conforme nota explicativa 22

. Outros Investimentos

SCP Copacabana

Em 30 de março de 2011, a WLM e a Infra Engenharia e Consultoria Ltda. firmaram entre si contrato de constituição de Sociedade em Conta de Participação, denominada SCP Copacabana, cujo objeto era a edificação e a venda de 144 unidades habitacionais localizadas na Rua Eva Weigert de Souza nº 30, Bairro Roca Grande, Colombo - PR. A maioria das unidades habitacionais foi negociada às famílias participantes do Programa do Governo Federal “Minha Casa Minha Vida”.

Em conformidade com o cronograma de execução da obra, a Companhia finalizou o investimento projetado aportando o valor de R\$ 5.953 mil e contabilizou no resultado deste exercício o montante de R\$ 731 mil, que somados aos R\$ 7.639 recebidos até 2013, totalizaram R\$ 8.370, com rendimentos equivalentes a 40,6% do total investido.

Em 01 de dezembro de 2014, estando as obras concluídas em conformidade com os projetos e memoriais descritivos aprovados e com a expedição do respectivo habite-se, as partes, de comum acordo, reconhecendo o cumprimento do projeto social, resolveram dar por encerradas as atividades da sociedade SCP Copacabana.

17. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO - CONTROLADORA

Os bens abaixo relacionados estão arrendados a empresas controladas, não havendo transferência de riscos e de benefícios aos arrendatários.

| Descrição das propriedades para investimento | Arrendatária | Arrendante | Parte relacionada | Prazo do contrato | Valor do aluguel |
|--|---|---|-------------------|--|-------------------------------------|
| Imóvel rural, localizado na Estrada Municipal JGR 365, município de Jaguariúna, na Comarca de Pedreira, Estado de São Paulo, com área de 1.366.813,00m²(136,68ha), devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis, sob o nº 19.307, da Comarca de Pedreira – SP. | Itapura Agropecuária Ltda. CNPJ nº 44.624.179/0001-23 Praia do Flamengo, 200 - 19º Parte - Flamengo Rio de Janeiro - RJ | WLM Indústria e Comércio S.A. CNPJ nº 33.228.024/0001-51 Praia do Flamengo, 200 / 19º Flamengo - Rio de Janeiro - RJ | Sim | 5 anos, com vencimento em 31 de março de 2017 | R\$ 20,00 mensais por hectare |
| Imóvel rural com área total de 7.471,5400 ha, conforme abaixo: Área de 4.413.3676 ha, designada como Lote 41, da Região do Rio Campo Alegre, situada no município e Comarca de Santana do Araguaia, Estado do Pará, objeto da matrícula 904, devidamente registrado no Cartório do Registro de Imóveis de Santana do Araguaia (PA). Área de 1.440,1180 ha, constituída de parte desmembrada do Lote 42, da Região do Rio Campo Alegre, situada no município e Comarca de Santana do Araguaia, Estado do Pará, objeto da matrícula 4336, com o título aquisitivo em fase de registro perante o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santana do Araguaia (PA). Área de 1.618,0544 ha, constituída de parte desmembrada do lote 43, da Região do Rio Campo Alegre, situada no município e Comarca de Santana do Araguaia, Estado do Pará, objeto da matrícula 4337, com o título aquisitivo em fase de registro perante o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santana do Araguaia (PA). | Fartura Agropecuária S.A. CNPJ nº 05.427.471/0001-02 Praia do Flamengo, 200 - 19º Parte - Flamengo Rio de Janeiro - RJ | WLM Indústria e Comércio S.A. CNPJ nº 33.228.024/0001-51 Praia do Flamengo, 200 / 19º Flamengo - Rio de Janeiro - RJ | Sim | 5 anos, com vencimento em 05 de maio de 2019 | R\$ 54.000,00 mensais |

Neste exercício, conforme estabelece o CPC 28, a Companhia voltou a avaliar o imóvel localizado na Estrada Municipal JGR 365, Jaguariúna, comarca de Pedreira/SP.

A avaliação foi efetuada pela empresa APSIS Consultoria Empresarial LTDA. e, com base no laudo de avaliação, a Companhia registrou em seu resultado, na linha de “Ajuste a valor justo das propriedades para investimentos”, um decréscimo no valor de R\$ 12.272. Ainda na demonstração de resultado do exercício, na rubrica de “Imposto de renda e contribuição social diferido”, foi contabilizada a reversão dos tributos diferidos no montante de R\$ 4.172, resultando um efeito líquido no resultado de R\$ 8.100.

No Patrimônio Líquido foram revertidos os montantes de R\$ 405 e R\$ 7.695 do saldo das reservas Legal e de Lucros a realizar, respectivamente.

No consolidado os valores referentes à propriedade para investimento da controladora estão apresentados no grupo de imobilizado, pois de acordo com o item 15 do CPC 28 (Propriedade para Investimento), a propriedade que está arrendada e ocupada por uma

controlada não se qualifica como propriedade para investimentos nas demonstrações contábeis consolidadas, porque a propriedade está ocupada pelo proprietário sob a perspectiva do grupo.

A movimentação da conta no exercício encontra-se abaixo detalhada:

| Descrição | Propriedade para investimentos | Passivo fiscal diferido | Lucros acumulados/ Resultado do exercício |
|--|---------------------------------------|--------------------------------|--|
| Saldo reportado em 31 de dezembro de 2013 | 77.247 | (17.478) | |
| Efeito da avaliação a valor justo em 10 de outubro de 2014 | (12.272) | 4.172 | |
| Efeito no resultado do exercício | | | (8.100) |
| Transferência do imobilizado | 395 | | |
| Depreciação no período | (5) | | (5) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2014 | 65.365 | (13.306) | (8.105) |

| Efeitos da avaliação a valor justo no resultado | Efeito | Passivo fiscal diferido | Lucros acumulados/ Resultado do exercício |
|---|-----------------|--------------------------------|--|
| Mudança no valor justo de propriedade para investimento | (12.272) | | (12.272) |
| IR e CS diferidos | | 4.172 | 4.172 |
| Efeito no resultado do exercício | (12.272) | 4.172 | (8.100) |

18. IMOBILIZADO

| Descrição | Taxa anual de depreciação | Custo inicial | Adições | Baixa | Transferência | Custo atual | Depreciação acumulada | CONTROLADORA | |
|---|---------------------------|---------------|-----------|--------------|---------------|--------------|-----------------------|---------------|---------------|
| | | | | | | | | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| | | | | | | | | Valor líquido | Valor líquido |
| Terrenos | | 2.950 | 26 | | | 2.976 | | 2.976 | 2.950 |
| Edifícios e instalações | 2% a 4% | 590 | | | (590) | | | | 411 |
| Veículos | 10% a 20% | 1.136 | | (787) | | 349 | (165) | 184 | 627 |
| Móveis e utensílios | 10% | 1.045 | 32 | | | 1.077 | (441) | 636 | 754 |
| Bens e benfeitorias em propriedade de terceiros | 10% | 1.633 | 16 | | | 1.649 | (437) | 1.212 | 1.342 |
| Outros | 4% a 10% | 466 | | | | 466 | (119) | 347 | 383 |
| Total | | 7.820 | 74 | (787) | (590) | 6.517 | (1.162) | 5.355 | 6.467 |

| Descrição | Taxa anual de depreciação | Custo inicial | Adições | Baixa | Transferência | Custo atual | Depreciação acumulada | CONTROLADORA | |
|---|---------------------------|---------------|------------|--------------|---------------|--------------|-----------------------|---------------|---------------|
| | | | | | | | | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
| | | | | | | | | Valor líquido | Valor líquido |
| Terrenos | | 2.732 | 218 | | | 2.950 | | 2.950 | 2.732 |
| Edifícios e instalações | 2% a 4% | 590 | | | | 590 | (179) | 411 | 430 |
| Veículos | 10% a 20% | 1.245 | 348 | (457) | | 1.136 | (509) | 627 | 688 |
| Móveis e utensílios | 10% | 1.007 | 46 | (8) | | 1.045 | (291) | 754 | 861 |
| Bens e benfeitorias em propriedade de terceiros | 10% | 1.633 | | | | 1.633 | (291) | 1.342 | 1.487 |
| Outros | 4% a 10% | 466 | | | | 466 | (83) | 383 | 419 |
| Total | | 7.673 | 612 | (465) | | 7.820 | (1.353) | 6.467 | 6.617 |

| Descrição | Taxa anual de depreciação | Custo inicial | Adições | Baixa | Transferência | Custo atual | Depreciação acumulada | CONSOLIDADO | |
|---------------------------|---------------------------|----------------|---------------|-----------------|---------------|----------------|-----------------------|----------------|----------------|
| | | | | | | | | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| | | | | | | | | Valor líquido | Valor líquido |
| Terrenos | | 246.810 | 325 | (12.514) | | 234.621 | | 234.621 | 246.810 |
| Edifícios e instalações | 2% a 4% | 39.435 | 774 | | 9.489 | 49.698 | (11.527) | 38.171 | 28.903 |
| Equipamentos e acessórios | 5% a 33% | 8.143 | 1.553 | (198) | 91 | 9.589 | (4.443) | 5.146 | 4.267 |
| Veículos | 10% a 20% | 5.161 | 1.162 | (1.296) | | 5.027 | (1.813) | 3.214 | 3.244 |
| Móveis e utensílios | 10% | 6.633 | 792 | (80) | 12 | 7.357 | (4.698) | 2.659 | 2.585 |
| Pastagens | 5% | 19.709 | | | | 19.709 | (6.935) | 12.774 | 13.782 |
| Bens e benfeitorias em | | | | | | | | | |
| propriedade de terceiros | 10% | 1.634 | | | 16 | 1.650 | (437) | 1.213 | 1.343 |
| Obras em andamento | | 5.614 | 5.431 | (3) | (9.608) | 1.434 | | 1.434 | 5.614 |
| Outros | 4% a 10% | 1.652 | 19 | | | 1.671 | (858) | 813 | 940 |
| Total | | 334.791 | 10.056 | (14.091) | | 330.756 | (30.711) | 300.045 | 307.488 |

| Descrição | Taxa anual de depreciação | Custo inicial | Adições | Baixa | Transferência | Custo atual | Depreciação acumulada | CONSOLIDADO | |
|---------------------------|---------------------------|----------------|--------------|--------------|---------------|----------------|-----------------------|----------------|----------------|
| | | | | | | | | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
| | | | | | | | | Valor líquido | Valor líquido |
| Terrenos | | 246.420 | 390 | | | 246.810 | | 246.810 | 246.810 |
| Edifícios e instalações | 2% a 4% | 39.605 | 342 | | (512) | 39.435 | (10.532) | 28.903 | 18.371 |
| Equipamentos e acessórios | 5% a 33% | 6.650 | 1.596 | (14) | (89) | 8.143 | (3.876) | 4.267 | 391 |
| Veículos | 10% a 20% | 4.384 | 1.808 | (816) | (215) | 5.161 | (1.917) | 3.244 | 1.327 |
| Móveis e utensílios | 10% | 6.034 | 488 | (104) | 215 | 6.633 | (4.048) | 2.585 | (1.463) |
| Pastagens | 5% | 19.709 | | | | 19.709 | (5.927) | 13.782 | 7.855 |
| Bens e benfeitorias em | | | | | | | | | |
| propriedade de terceiros | 10% | 1.634 | | | | 1.634 | (291) | 1.343 | 1.052 |
| Obras em andamento | | 76 | 4.978 | (24) | 584 | 5.614 | | 5.614 | 5.614 |
| Outros | 4% a 10% | 1.635 | | | 17 | 1.652 | (712) | 940 | 228 |
| Total | | 326.147 | 9.602 | (958) | | 334.791 | (27.303) | 307.488 | 280.185 |

Na construção da filial da Itaipu de Montes Claros-MG, durante o exercício de 2013, foi realizado o montante de R\$ 5.419 que está demonstrado na linha de “obras em andamento”. Neste exercício foi adicionado o montante de R\$ 5.353, totalizando o custo da obra em R\$ 10.772, do qual R\$ 9.446 foram transferidos para linhas de “edifícios e instalações” e “equipamentos e acessórios” por encerramento da obra.

Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Companhia avalia periodicamente os bens do imobilizado com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis desses ativos, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Se identificável que o valor contábil do ativo excede o valor recuperável, esta perda é reconhecida no resultado do período. A Companhia avaliou os montantes registrados e não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor recuperável do seu ativo em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

19. INTANGÍVEL – CONTROLADORA E CONSOLIDADO

| Descrição | Taxa anual de depreciação | Custo inicial | Adições | Baixa | Transf. | Custo atual | Amort. acumulada | CONTROLADORA | |
|-----------------------------------|---------------------------|---------------|-----------|-------|---------|-------------|------------------|---------------|---------------|
| | | | | | | | | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| | | | | | | | | Valor líquido | Valor líquido |
| Marcas e patentes | | 2 | | | | 2 | | 2 | 2 |
| Direito ao uso de <i>Software</i> | 10% | 129 | 10 | | | 139 | (91) | 48 | 57 |
| Total | | 131 | 10 | | | 141 | (91) | 50 | 59 |

| Descrição | Taxa anual de depreciação | Custo inicial | Adições | Baixa | Transf. | Custo atual | Amort. acumulada | CONTROLADORA | |
|-----------------------------------|---------------------------|---------------|-----------|--------------|---------|-------------|------------------|---------------|---------------|
| | | | | | | | | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
| | | | | | | | | Valor líquido | Valor líquido |
| Marcas e patentes | | 22 | | (20) | | 2 | | 2 | 22 |
| Direito ao uso de <i>Software</i> | 10% | 285 | 60 | (216) | | 129 | (72) | 57 | 145 |
| Total | | 307 | 60 | (236) | | 131 | (72) | 59 | 167 |

| Descrição | Taxa anual de depreciação | Custo inicial | Adições | Baixa | Transf. | Custo atual | Amort. acumulada | CONSOLIDADO | |
|-----------------------------------|---------------------------|---------------|-----------|-------|---------|--------------|------------------|---------------|---------------|
| | | | | | | | | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| | | | | | | | | Valor líquido | Valor líquido |
| Marcas e patentes | | 7 | | | | 7 | | 7 | 7 |
| Direito ao uso de <i>Software</i> | 10% | 129 | 10 | | | 139 | (91) | 48 | 57 |
| Fundo de comércio | | 8.920 | | | | 8.920 | | 8.920 | 8.920 |
| Total | | 9.056 | 10 | | | 9.066 | (91) | 8.975 | 8.984 |

| Descrição | Taxa anual de depreciação | Custo inicial | Adições | Baixa | Transf. | Custo atual | Amort. acumulada | CONSOLIDADO | |
|-----------------------------------|---------------------------|---------------|-----------|--------------|---------|--------------|------------------|---------------|---------------|
| | | | | | | | | 31/12/2013 | 31/12/2012 |
| | | | | | | | | Valor líquido | Valor líquido |
| Marcas e patentes | | 27 | | (20) | | 7 | | 7 | 27 |
| Direito ao uso de <i>Software</i> | 10% | 285 | 60 | (216) | | 129 | (72) | 57 | 145 |
| Fundo de comércio | | 8.920 | | | | 8.920 | | 8.920 | 8.920 |
| Total | | 9.232 | 60 | (236) | | 9.056 | (72) | 8.984 | 9.092 |

Desde 2006, através da controlada Itaipu Norte, a WLM vem explorando a concessão da marca Scania, nos Estados do Pará e Amapá. O fundo de comércio no valor de R\$ 8.920 mil refere-se ao valor da “bandeira” adquirida pela WLM quando da aquisição dessa concessão, mas que não é amortizado em virtude de não possuir vida útil definida, de acordo com o CPC 04 (R1).

Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Companhia avalia periodicamente os bens do intangível com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis de seu ativo, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Se identificável que o valor contábil do ativo excede ao valor recuperável, esta perda é reconhecida no resultado do período. A Companhia avaliou os montantes registrados e não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor recuperável do seu ativo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

20. CONTAS A PAGAR

| Descrição | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|---------------------|--------------|------------|---------------|----------------|
| | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| Fornecedores | 147 | 177 | 20.460 | 107.949 |
| Crédito de clientes | | | 5.764 | 8.555 |
| Total | 147 | 177 | 26.224 | 116.504 |

Os valores de fornecedores estão representados, basicamente, por valores a pagar a Scania Latin-America. Enquanto que os saldos de crédito de clientes referem-se a adiantamentos realizados para aquisição de caminhões.

21. DIVIDENDOS A PAGAR

Conforme estabelece o art. 202 da Lei nº 6.404/76 e o art. 38 do seu Estatuto Social, a Companhia provisionou, a título de dividendo mínimo obrigatório, o valor de R\$ 5.115 (31 de dezembro de 2013 – R\$ 4.968). O detalhamento do cálculo de dividendo mínimo obrigatório está apresentado na nota 26.

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 30 de abril de 2014, aprovou a distribuição de dividendo complementar no valor de R\$ 2.532, imputado à conta de Reserva de Lucros “Garantia para pagamento de dividendos”.

O saldo da conta dividendo a pagar está assim representado:

| Descrição | CONTROLADORA E CONSOLIDADO | |
|--|----------------------------|---------------|
| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| Dividendo obrigatório sobre o resultado do exercício | 5.115 | 4.968 |
| Dividendo a pagar de exercícios anteriores | 1.184 | 14.736 |
| Total | 6.299 | 19.704 |

22. PROVISÃO PARA PERDAS DE INVESTIMENTOS

Constituída por provisão para perdas em investimentos em coligadas e controladas com passivo a descoberto.

| Descrição | CONTROLADORA | | | |
|--|--------------|------------|------------|------------|
| | SUPERÁGUA | PLENOGÁS | METALPLUS | TOTAL |
| SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 | 375 | 197 | 280 | 852 |
| Perda em investimentos | 125 | 17 | | 142 |
| Reversão de perdas em investimentos | | (160) | (280) | (440) |
| Aumento de capital | (500) | | | (500) |
| SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 | | 54 | | 54 |

| Descrição | CONSOLIDADO | | |
|--|-------------|------------|------------|
| | PLENOGÁS | METALPLUS | TOTAL |
| SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 | 197 | 280 | 477 |
| Perda em investimentos | 17 | | 17 |
| Reversão de perdas em investimentos | (160) | (280) | (440) |
| SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 | 54 | | 54 |

23. OUTRAS OBRIGAÇÕES CIRCULANTES

| Descrição | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|--|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| SHV Gás Brasil Participações Ltda. | 712 | 1.853 | 712 | 1.853 |
| JV Participações e Imóveis Sociedade Simples Ltda. | | | | 4.550 |
| Outros | 46 | 194 | 530 | 400 |
| TOTAL | 758 | 2.047 | 1.242 | 6.803 |

SHV

O valor corresponde a ações em que a Companhia responde solidariamente, perante *SHV Gás Brasil Participações Ltda.*, conforme processos documentados no anexo 9 – do contrato de venda de ações da *Supergasbras Distribuidora de Gás S.A.*, datado de 07 de julho de 2004.

JV

Neste exercício, com o pagamento de R\$ 4.550, foi concluída a liquidação da obrigação com a empresa *JV Participações e Imóveis Sociedade Simples Ltda.*, referente ao financiamento do imóvel adquirido pela controlada Itaipu Norte no exercício de 2012.

24. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS - CONSOLIDADO

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas operações, estão envolvidas em ações judiciais sobre questões tributárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso, como segue:

| Descrição | 31/12/2014 | | | |
|-----------|--------------|---------------|---------------|---------------|
| | Trabalhistas | Cíveis | Tributária | Total |
| Prováveis | 242 | 1.631 | 5.743 | 7.616 |
| Possíveis | 3.632 | 14.736 | 4.454 | 22.822 |
| Remotas | 161 | 273 | 19.025 | 19.459 |
| | 4.035 | 16.640 | 29.222 | 49.897 |

| Descrição | 31/12/2013 | | | |
|-----------|--------------|---------------|---------------|---------------|
| | Trabalhistas | Cíveis | Tributária | Total |
| Prováveis | 59 | 1.604 | 5.394 | 7.057 |
| Possíveis | 1.887 | 1.845 | 5.002 | 8.734 |
| Remotas | 15 | 6.551 | 19.025 | 25.591 |
| | 1.961 | 10.000 | 29.421 | 41.382 |

I - Provisões

a. Provisões tributárias

Devido à alteração de expectativa em relação ao resultado do processo nº 079.03.105825-2 da controlada Itaipu, passando de perda remota para perda provável acarretada pelo não reconhecimento pelo Superior Tribunal de Justiça de tese até então adotada pelo advogado em processo de matéria idêntica, acolhida pelo mesmo tribunal, foi provisionado o montante de R\$ 5.743, valor este atualizado mensalmente pela Selic do período.

b. Provisões trabalhistas

O montante de R\$ 242, indicado como provisão trabalhista das controladas Equipo, Quinta Roda e Itapura, refere-se a processo com pedido de reintegração ou indenização com integrações compensatórias de 13º salário; FGTS e multa rescisória de 40%; danos morais; recolhimento de INSS e devolução de descontos.

c. Provisões cíveis

O valor indicado como provisão de natureza cível da Controlada Itaipu é decorrente de ações judiciais no curso ordinário de suas operações e que representa em 31 de dezembro de 2014 a soma de R\$ 1.631 (em 31 de dezembro de 2013 – R\$1.604).

II - Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em outros processos de natureza tributária, trabalhista e cível, no montante de R\$ 22.822, valor este não provisionado por apresentarem, na opinião de seus assessores jurídicos, probabilidade de perda possível.

a. Contingências Tributárias

Os passivos contingentes são constituídos através da controlada Superágua relacionada ao seguinte tema: auto de infração de ICMS – Imposto de Circulação de Mercadorias, por substituição tributária, no montante R\$ 1.444 (em 31 de dezembro de 2013 – R\$ 4.442); da controlada Itaipu relacionada a ICMS – no montante R\$ 119 (em 31 de dezembro de 2013 – R\$ 399); da controlada Equipo relacionado a Fazenda Nacional no montante de R\$ 2.733 (em 31 de dezembro de 2013 - R\$ 2.733) e os demais processos no montante de R\$ 158.

b. Contingências Cíveis

Os passivos contingentes são constituídos através das controladas Equipo, Itaipu e Itaipu Norte, em ações judiciais decorrentes do curso ordinário de suas operações de natureza cível, que representam em 31 de dezembro de 2014 a soma de R\$ 8.315 (em 31 de dezembro de 2013 – R\$1.605), bem como da controlada Fartura no montante de R\$ 6.000 e os demais processos no montante de R\$ 420.

c. Contingências trabalhistas

Os processos trabalhistas são relativos, principalmente, a questões pleiteadas por ex-empregados das controladas Equipo e Itaipu, versando sobre verbas de cunho salarial, tais como horas extras e outras. Em 31 de dezembro de 2014 o montante é de R\$ 3.632 (31 de dezembro de 2013 – R\$1.887).

III - Perdas remotas, não provisionadas no balanço

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em outros processos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso ordinário de suas operações, cujo valor em 31 de dezembro de 2014 totaliza R\$ 19.459 (31 de dezembro de 2013 - R\$ 25.591). Não houve provisionamento por apresentarem, segundo opinião de seus assessores jurídicos, probabilidade de perda remota.

a. Contingências Tributárias

Os passivos contingentes são constituídos, principalmente, pela Companhia e sua controlada Superágua e se referem a ICMS. Em 31 de dezembro de 2014 representam o montante de R\$ 19.025 (31 de dezembro de 2013 – R\$ 19.025);

b. Contingências Cíveis

Os passivos contingentes são constituídos através da controladora e suas controladas Quinta Roda e Itapura, em ações judiciais decorrentes do curso ordinário de suas operações de natureza cível e que em 31 de dezembro de 2014 correspondem a R\$ 273 (31 de dezembro de 2013 – R\$ 6.551).

25. PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - DIFERIDOS

Os valores do imposto de renda e da contribuição social diferidos são provenientes de diferenças temporárias ocasionadas pela reserva de reavaliação e pelo reflexo dos ajustes patrimoniais decorrentes da adoção dos pronunciamentos contábeis. Os valores apresentados são revisados anualmente.

| Descrição | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|---------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| Imposto de renda | 9.784 | 12.857 | 27.308 | 30.883 |
| Contribuição social | 3.522 | 4.628 | 9.830 | 11.118 |
| Total | 13.306 | 17.485 | 37.138 | 42.001 |

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social autorizado

Conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 23 de junho de 2004, a Companhia poderá aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, que estabelecerá sobre as condições do respectivo aumento, até o valor correspondente a R\$ 300.000.000 (trezentos milhões de reais), através de emissão ou não de novas ações ordinárias ou preferenciais, respeitando o limite legal.

Reservas

Segue-se a descrição da natureza e objetivos para cada reserva no patrimônio líquido:

. Reserva de reavaliação

Consoante o artigo 4º da Instrução CVM nº 469, de 02 de maio de 2008, a Companhia optou pela manutenção dos saldos das contas de reserva de reavaliação, constituídas anteriormente à edição da Lei nº 11.638/07, em bens próprios de suas controladas.

A realização da reserva é calculada proporcionalmente à depreciação ou baixa dos bens reavaliados e contabilizada em contrapartida de lucros (prejuízos) acumulados.

No exercício de 2014 foi realizado o montante de R\$ 882 (31 de dezembro de 2013 – R\$ 879).

. Ajuste de avaliação patrimonial

O saldo representa a contrapartida dos ajustes patrimoniais líquidos efetuados no ativo imobilizado e ativo biológico (circulante e não circulante).

No exercício de 2014 foi realizado o montante de R\$ 354 (em 31 de dezembro de 2013 – R\$ 664).

. Reserva de lucros

.. Reserva legal

A Companhia constituiu a título de reserva legal o valor de R\$ 1.077 (2013 - R\$ 1.046), conforme definido no artigo 193 da Lei nº 6.404/76 e no estatuto social. Foi revertido o montante de R\$ 405, proveniente do decréscimo na avaliação a valor justo das propriedades para investimentos.

... Garantia para pagamento de dividendos e reserva de investimentos

Conforme determina o estatuto social da Companhia, nos artigos 36 e 37, até 70% do lucro líquido remanescente, após destinação da reserva legal, deverá ser destinado, em partes iguais, às reservas de garantia para pagamento de dividendo e reserva de investimentos, até o limite do capital social. Neste exercício foi destinado o total de R\$ 15.346 (R\$ 14.902 – 2013) para as reservas mencionadas acima.

Foi adicionado no período o valor de R\$ 27, referente à prescrição de dividendos do exercício de 2011.

... Reserva de lucros a realizar

Conforme mencionado na nota 17, neste exercício a companhia voltou a avaliar suas propriedades para investimentos, registrando em seu resultado um decréscimo de R\$ 8.100, líquido dos impostos diferidos. Assim a companhia reverteu o montante de R\$ 7.695 do saldo da reserva de lucros a realizar.

. Base de cálculo do dividendo obrigatório e adicional proposto

.. Dividendo obrigatório

| Base de cálculo do dividendo obrigatório | CONTROLADORA | |
|---|---------------|---------------|
| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| Lucro líquido do exercício | 12.202 | 19.373 |
| Realização da reserva de reavaliação e de ajuste de avaliação patrimonial | 1.236 | 1.543 |
| Reversão de reservas constituídas | 8.100 | |
| Lucro líquido do exercício ajustado | 21.538 | 20.916 |
| Constituição da reserva legal (5%) | (1.077) | (1.046) |
| Constituição da reserva de lucros a realizar | | |
| Base de cálculo do dividendo obrigatório | 20.461 | 19.870 |
| Dividendos obrigatórios (25%) | 5.115 | 4.968 |
| Total de dividendos propostos | 5.115 | 4.968 |

.. Dividendo adicional proposto

Neste exercício está sendo proposto, a título de dividendo adicional complementar, o montante de R\$ 7.385 (R\$ 2.532 em 2013), mediante a utilização da reserva de garantia para pagamento de dividendos, sujeito a aprovação da assembleia geral ordinária.

27. RESULTADO POR SEGMENTO DE ATIVIDADE

A WLM possui 02 segmentos operacionais, que atuam na comercialização de produtos agrupados em atividades diversas dos segmentos automotivo e agropecuário, através de suas controladas localizadas em vários estados do Brasil, que oferecem diversos produtos e serviços, com diferentes tecnologias e estratégias de *marketing*, nota 1. Para cada uma das unidades de negócios estratégicas, a Administração da Companhia analisa mensalmente os relatórios internos das diretorias executivas.

Outras operações incluem aluguel de propriedades para investimento para partes relacionadas. Este segmento operacional não possui relevância que possa determinar a elaboração de reportes nos exercícios de 2014 e 2013.

Demonstrativo e conciliação de receitas, lucros e prejuízos, ativos, passivos e outros itens materiais de segmentos reportáveis:

| Descrição | EXERCÍCIO DE 2014 | | | | EXERCÍCIO DE 2013 | | | |
|--|-------------------|---------------------|-----------------------|---------------|-------------------|---------------------|-----------------------|---------------|
| | ADMINISTRAÇÃO | SEGMENTO AUTOMOTIVO | SEGMENTO AGROPECUÁRIO | TOTAL | ADMINISTRAÇÃO | SEGMENTO AUTOMOTIVO | SEGMENTO AGROPECUÁRIO | TOTAL |
| Operações continuadas | | | | | | | | |
| Receita operacional bruta | | | | | | | | |
| Receita de bens | | 896.629 | 11.053 | 907.682 | | 1.202.762 | 9.112 | 1.211.874 |
| Receita de serviços | | 51.357 | | 51.357 | | 52.262 | | 52.262 |
| Total da receita operacional bruta | | 947.986 | 11.053 | 959.039 | | 1.255.024 | 9.112 | 1.264.136 |
| Deduções de receita bruta | | (93.377) | (786) | (94.163) | | (128.883) | (538) | (129.421) |
| Receita líquida de vendas e serviços | | 854.609 | 10.267 | 864.876 | | 1.126.141 | 8.574 | 1.134.715 |
| Custo dos produtos vendidos e dos | | (715.961) | (10.873) | (726.834) | | (971.716) | (8.400) | (980.116) |
| Lucro bruto | | 138.648 | (606) | 138.042 | | 154.425 | 174 | 154.599 |
| Despesas operacionais, líquidas de | (27.136) | (99.837) | (6.093) | (133.066) | (15.298) | (95.719) | (6.053) | (117.070) |
| Outras receitas | 1.713 | 1.671 | 10.630 | 14.014 | 1.979 | (3.942) | 2.673 | 710 |
| Lucro (prejuízo) antes do IR e da CSLL | (25.423) | 40.482 | 3.931 | 18.990 | (13.319) | 54.764 | (3.206) | 38.239 |
| Imposto de renda e contribuição social | 4.172 | (10.766) | (1) | (6.595) | | (18.258) | | (18.258) |
| Lucro (prejuízo) líquido do período | (21.251) | 29.716 | 3.930 | 12.395 | (13.319) | 36.506 | (3.206) | 19.981 |
| Operações descontinuadas | | | | (193) | | | | (608) |
| Total | (21.251) | 29.716 | 3.930 | 12.202 | (13.319) | 36.506 | (3.206) | 19.373 |

| Descrição | EXERCÍCIO DE 2014 | | | | EXERCÍCIO DE 2013 | | | |
|--|-------------------|---------------------|-----------------------|----------------|-------------------|---------------------|-----------------------|----------------|
| | ADMINISTRAÇÃO | SEGMENTO AUTOMOTIVO | SEGMENTO AGROPECUÁRIO | TOTAL | ADMINISTRAÇÃO | SEGMENTO AUTOMOTIVO | SEGMENTO AGROPECUÁRIO | TOTAL |
| Ativo total de segmentos reportáveis | | 279.440 | 188.156 | 467.596 | | 355.429 | 182.123 | 537.552 |
| Outros ativos | 111.199 | | | 111.199 | 151.388 | | | 151.388 |
| Ativos descontinuados | | | | 785 | | | | 77 |
| Total do Ativo Consolidado | 111.199 | 279.440 | 188.156 | 579.580 | 151.388 | 355.429 | 182.123 | 689.017 |
| Passivo total de segmentos reportáveis | | 279.440 | 188.156 | 467.596 | | 355.429 | 182.123 | 537.552 |
| Outros ativos | 111.199 | | | 111.199 | 151.388 | | | 151.388 |
| Passivos descontinuados | | | | 785 | | | | 77 |
| Total do Passivo Consolidado | 111.199 | 279.440 | 188.156 | 579.580 | 151.388 | 355.429 | 182.123 | 689.017 |

A avaliação do desempenho da Companhia é medida pelo resultado do segmento automotivo, seu principal negócio.

O desempenho é avaliado com base no lucro do segmento antes do imposto de renda e

da contribuição social, como incluído nos relatórios internos analisados pela Administração.

28. RECEITA DE VENDA BENS E/OU SERVIÇOS

| Descrição | CONSOLIDADO | |
|---|----------------|------------------|
| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| Receita de bens | 907.683 | 1.211.874 |
| Receita de serviços | 51.356 | 52.263 |
| Total da receita operacional bruta | 959.039 | 1.264.137 |
| Deduções de receita bruta | (94.163) | (129.422) |
| Total | 864.876 | 1.134.715 |

29. CUSTO DE VENDA BENS E/OU SERVIÇOS

| Descrição | CONSOLIDADO | |
|--------------------|----------------|----------------|
| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| Custo de bens | 715.122 | 968.341 |
| Custo dos serviços | 11.712 | 11.774 |
| Total | 726.834 | 980.115 |

30. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

| Despesas | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|---------------------------------------|---------------|---------------|----------------|----------------|
| | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| Honorários da administração | 360 | 4.343 | 360 | 4.343 |
| Honorários do conselho fiscal | 402 | 476 | 402 | 476 |
| Salários e encargos (*) | 13.845 | 12.061 | 81.820 | 72.948 |
| Serviços de terceiros | 1.148 | 1.346 | 5.093 | 5.221 |
| Manutenção predial e outros | 62 | 53 | 2.940 | 2.713 |
| Benefícios a empregados (**) | 1.092 | 1.428 | 9.811 | 9.367 |
| Aluguéis e arrendamentos | 1.375 | 1.281 | 2.258 | 2.051 |
| Condução, viagens e estadas | 102 | 155 | 4.143 | 3.977 |
| Impostos, taxas e contribuições | 985 | 849 | 2.099 | 1.723 |
| Condomínio | 350 | 330 | 350 | 330 |
| Comunicações | 165 | 163 | 1.738 | 1.708 |
| Frota própria | 41 | 104 | 812 | 851 |
| Frete de terceiros | | | 2.341 | 2.817 |
| Manutenção de máquinas e equipamentos | 40 | 49 | 1.564 | 1.294 |
| Despesas com seguros | 25 | 38 | 503 | 377 |
| Anúncios e publicações | 427 | 335 | 568 | 442 |
| Propaganda, promoção e representação | | | 890 | 782 |
| Multas | 6 | 3 | 7 | 6 |
| Manutenção de obras de infraestrutura | 7 | 8 | 97 | 108 |
| Manutenção de softwares | 95 | 304 | 1.910 | 2.082 |
| Depreciação e amortização | 450 | 546 | 3.601 | 2.335 |
| Mortes e perdas | | | 849 | 565 |
| Outros | 378 | 251 | 2.958 | 3.815 |
| Total | 21.355 | 24.123 | 127.114 | 120.331 |

(*) Inclui R\$ 1.392 de verbas rescisórias

A Companhia adota como prática o pagamento de adicional por tempo de serviço para seus funcionários, tendo como base o período proporcional à data de admissão. Esse pagamento ocorre quando do gozo de férias de cada funcionário, considerando o salário base do mesmo.

| Período | Percentual sobre o salário base |
|--------------|---------------------------------|
| 3 anos | 40% |
| 4 anos | 50% |
| 5 a 9 anos | 75% |
| 10 a 15 anos | 85% |
| Após 15 anos | 105% |

31. RESULTADO FINANCEIRO

| Descrição | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|--------------------------------------|--------------|--------------|----------------|-----------------|
| | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| Receitas Financeiras | | | | |
| Aplicações financeiras | 6.971 | 7.506 | 12.778 | 11.240 |
| Atualização monetária | 403 | 605 | 446 | 606 |
| Juros recebidos | | | 471 | 488 |
| Outras receitas financeiras | | | 359 | 273 |
| Subtotal | 7.374 | 8.111 | 14.054 | 12.607 |
| Despesas Financeiras | | | | |
| Juros | | | (8.462) | (9.558) |
| Atualização monetária | (34) | (122) | (97) | (577) |
| Despesas bancárias | (5) | (7) | (18) | (30) |
| Subtotal | (39) | (129) | (8.577) | (10.165) |
| TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO | 7.335 | 7.982 | 5.477 | 2.442 |

32. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social foram calculados de acordo com as respectivas bases abaixo apresentadas:

| Descrição | CONTROLADORA | | CONSOLIDADO | |
|---|--------------|------------|-----------------|-----------------|
| | 31/12/2014 | 31/12/2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| Lucro antes da Contribuição Social e do Imposto de Renda | 8.029 | 19.411 | 52.442 | 70.959 |
| Alíquota fiscal combinada da contribuição social e do Imposto de Renda | 34% | 34% | 34% | 34% |
| Encargos da Contribuição Social e do Imposto de Renda às alíquotas oficiais | (2.730) | (6.600) | (17.830) | (24.126) |
| ADIÇÕES | | | | |
| Provisões Não Dedutíveis | 141 | 693 | 295 | 693 |
| Despesas Indedutíveis (i) | 3.552 | 1.249 | 11.288 | 11.866 |
| Avaliação a Valor Justo | 12.658 | | 19.529 | |
| Juros sobre Capital Próprio | 8.315 | 7.305 | 8.315 | 7.305 |
| EXCLUSÕES | | | | |
| Reversão da Provisão | 548 | 143 | (848) | (143) |
| Receitas Não Tributáveis (ii) | 1.225 | 1.733 | (7.381) | (3.735) |
| Avaliação a Valor Justo - Reversão / Perda | 257 | | (14.703) | |
| Juros sobre Capital Próprio | | | (8.315) | (7.305) |
| Equivalência Patrimonial | 32.734 | 34.127 | (32.734) | (34.127) |
| Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes | | | (10.767) | (18.257) |
| Imposto de Renda e Contribuição Social - diferidos | 4.172 | | 4.172 | |
| Alíquota efetiva IRPJ e CSLL | | | 20,53% | 25,73% |

(i) Despesas Indedutíveis

As despesas indedutíveis consistem de algumas despesas que não podem ser deduzidas para efeitos fiscais, nos termos da legislação tributária como despesas com gratificação, multas e perdas de capital por variação percentual em participações acionárias.

(ii) Receitas Não Tributáveis

As receitas não tributáveis consistem em certos ganhos e rendimentos que não são tributáveis nos termos da legislação fiscal aplicável, como avaliados pelo custo de aquisição e outros ganhos de capital.

Instrução Normativa nº 1.397 e Lei nº 12.973/14 (conversão da Medida Provisória nº 627 de 2013)

Em novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 isentando de tributação a parcela dos dividendos calculados entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013 em montante excedente aos valores apurados com base nos padrões contábeis vigentes até 31 de dezembro de 2007.

Em maio de 2014, esta medida provisória foi convertida na Lei nº 12.973, com alterações em alguns dispositivos, em especial no que se refere ao tratamento dos dividendos, dos juros sobre o capital próprio e da avaliação de investimentos pelo valor de patrimônio líquido. Diferentemente do que previa a medida provisória, a Lei nº 12.973 não impôs a opção antecipada de seus efeitos para o ano-calendário de 2014 como condição para eliminar efeitos fiscais relacionados às diferenças decorrentes da aplicação dos métodos e critérios contábeis atuais e aqueles vigentes em 31 de dezembro de 2007 para os itens acima, facultando às empresas a possibilidade de antecipação dos efeitos da norma de acordo com os interesses de cada contribuinte.

As providências da nova Lei entram em vigor a partir do exercício de 2015, entretanto é permitido que o contribuinte opte pela antecipação dos efeitos para 2014.

A Companhia, orientada pelos seus assessores legais, optou pela adoção antecipada para o exercício de 2014. Como consequência, a depreciação do exercício está refletindo os efeitos da adequação às exigências da lei.

33. LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício atribuível aos detentores de ações ordinárias nominativas e preferenciais nominativas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

Durante os dois últimos exercícios, não houve alteração no total em circulação das ações ordinárias e preferenciais da Companhia. Por isso, o cálculo do resultado básico por ação está apresentado considerando o total de ações da Companhia em circulação no final de cada exercício.

No caso da WLM, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico por ação, pois a Companhia não possui instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar em emissão de ações. O quadro abaixo, apresentado em R\$, demonstra o cálculo do lucro por ação com base no lucro líquido apurado em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

| | CONTROLADORA E CONSOLIDADO | | | | | |
|---|----------------------------|------------------------------|---------------|---------------------------|------------------------------|---------------|
| | 31/12/2014 | | | 31/12/2013 | | |
| | Ordinárias Nominativas | Preferenciais Nominativas | Total | Ordinárias Nominativas | Preferenciais Nominativas | Total |
| Lucro básico por ação | | | | | | |
| Ações em circulação - Unidades | 3.314.244 | 3.968.690 | 7.282.934 | 3.314.244 | 3.968.690 | 7.282.934 |
| Total de ações em circulação - Unidades | 3.314.244 | 3.968.690 | 7.282.934 | 3.314.244 | 3.968.690 | 7.282.934 |
| Lucro líquido atribuível a cada classe de ações (R\$) | 5.552.542,77 | 6.648.973,63 | 12.201.516,40 | 8.815.849,30 | 10.556.667,82 | 19.372.517,12 |
| Lucro líquido básico e diluído por ação ON e PN (R\$) | 1,59 | 1,75 | | 2,52 | 2,77 | |

34. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros, os quais estão registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender suas necessidades operacionais, bem como reduzir a exposição a riscos financeiros.

A contratação e o controle de operações financeiras são efetuados através de critérios gerenciais periodicamente revisados que consideram requisitos de solidez financeira, confiabilidade e perfil de mercado da entidade com a qual são realizadas. As taxas utilizadas são compatíveis com as do mercado.

Os investimentos mantidos em empresas controladas e coligadas não tiveram seus valores de mercado estimados, uma vez que as ações/quotas dessas empresas não são negociadas em bolsas de valores.

Adicionalmente, a Administração procede a avaliação tempestiva da posição consolidada da Companhia, acompanhando os resultados financeiros obtidos, avaliando as projeções

futuras, como forma de garantir o cumprimento do plano de negócios definido e monitoramento dos riscos aos quais está exposta.

As descrições dos riscos da Companhia são descritos a seguir:

Risco de Mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado são afetados por dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de variação cambial. Os instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar e instrumentos disponíveis para venda.

A Companhia e suas controladas administram e mensuram esses riscos através do planejamento de fluxo de caixa realizado.

(i) Risco de taxa de juros

A Companhia possui aplicações financeiras conforme divulgado nas notas 7 e 8 as quais estão indexadas à variação do CDI, expondo estes ativos às flutuações nas taxas de juros. Adicionalmente, a Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer “*hedge*” / “*swap*” contra esse risco. Porém, ela monitora continuamente as taxas de juros de mercado.

(ii) Valor justo versus valor contábil

O valor contábil dos ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial está demonstrado com razoável aproximação do valor justo.

Risco de crédito e de aplicação dos recursos

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de aplicação de recursos, incluindo depósitos em bancos e aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2014, o valor máximo exposto pela Companhia ao risco de crédito corresponde ao valor contábil das contas a receber de clientes, demonstrado na nota 9. Quanto ao risco de aplicação de recursos, o valor exposto pela Companhia corresponde substancialmente às aplicações financeiras conforme apresentado nas notas 7 e 8.

O risco de crédito nas atividades operacionais da Companhia é administrado por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, os quais são revisados periodicamente. O monitoramento de duplicatas vencidas é realizado prontamente para garantir seu recebimento.

Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos, administrando seu capital através de um planejamento, monitorando seus recursos financeiros disponíveis, para o devido cumprimento de suas obrigações.

b) Instrumentos financeiros

A Companhia possui os instrumentos financeiros classificados em:

Recebíveis e passivos financeiros mensurados

Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saldos provenientes de transações comuns como o contas a receber, fornecedores, contas e impostos a pagar e aplicações financeiras mantidas pela Companhia. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do exercício.

Ativos financeiros disponíveis para venda

A Companhia classificou aplicações financeiras referentes a Certificado de Depósitos Bancários – CDBs e Fundos de Investimentos como ativos financeiros disponíveis para venda, pois poderão ser negociados no futuro, sendo contabilizados pelo valor justo. Devido à liquidez desse ativo, seu valor justo é próximo ao valor de realização, não gerando efeito no patrimônio líquido da Companhia (nota 8).

35. COBERTURA DE SEGUROS

A WLM Indústria e Comércio S.A. e empresas controladas possuem seguros com coberturas básicas e adicionais para veículos, instalações, equipamentos, produtos e responsabilidade civil, cuja importância segurada em 31 de dezembro de 2014 totaliza, aproximadamente, R\$ 67.728 (R\$ 58.717 – 2013), montante considerado suficiente, pela administração da companhia e seus corretores de seguros, para a cobertura de seus bens patrimoniais e riscos operacionais.

| CONSOLIDADO | | |
|--|--|-------------------|
| Ramos | Tipos de coberturas | Valor segurado |
| Compreensivo empresarial (Multirriscos) | Incêndio, queda de raio e explosão; danos elétricos - riscos comerciais; responsabilidade civil operações; responsabilidade civil empregador; roubo ou furto qualificado de bens; roubo ou furto de valores em trânsito; roubo ou furto de valores no interior do estabelecimento; vendaval até fumaça; danos morais decorrentes de Responsabilidade Civil empregador; danos morais decorrentes de Responsabilidade Civil operações. | R\$ 27.409 |
| Auto/RCF | Incêndio, roubo, colisão, responsabilidade civil facultativa e acidentes pessoais de passageiros. | R\$ 40.319 |
| | | R\$ 67.728 |

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos Auditores Independentes da Companhia.

* * *

WLM INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.
A DIRETORIA

WILSON LEMOS DE MORAES JUNIOR
Diretor Presidente

RUBEM ROBERTO RIBEIRO
Diretor Vice-Presidente e
de Relações com Investidores

ÁLVARO VERAS DO CARMO
Contador - CRC/RJ 43.910/O-6